



Anais da Assembléia

Nº 41

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 05 DE MAIO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 58ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Leopoldo Jacomel.

As quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Gilberto Carvalho (43), achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Francisco Escorsin, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Piétrangelo e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 33/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 48/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Terra Rica, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Terra Rica,

objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola, o Grupo Escolar Rosalino de Moraes, a Escola Técnica de Comércio e a Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 48/76

Acompanhado de Mensagem Governamental número 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Terra Rica, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola, o Grupo Escolar Rosalina de Moraes, a Escola Técnica de Comércio e a Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 34/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 52/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Maria Helena, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO 34/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Maria Helena, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 52/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 156/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de Maria Helena, objetivando a execução de obras de

combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 6, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 33/76 e 34/76.
Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Dani Schwartz, Eneias Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Waldenício Barbalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk e Werner Wanderer (43), achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Francisco Escorsin, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 45/76

Curitiba, 03 de maio de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 31 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o Município de ALTO PIQUIRI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede

daquele Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO:

Da Sra. FRANCISCA FERNANDEZ HALL Z., Embaixadora de Guatemala, nos seguintes termos ciente de que é atribuição do Exmo. Sr. Governador do Estado apresentar projeto em tal sentido e animada pelo cordial acolhimento que S. Exa., o Sr. JAYME CANET JUNIOR deu à "Campanha do Teto", permiti-me dirigir-lhe um apelo nesse sentido, confiança à sua fidelidade a solicitação de verba em benefício de um povo irmão deste Continente tão duramente atingido por forças apocalípticas. — Ao conhecimento da Casa.

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, indica os seguintes Deputados como membros do MDB, para a Comissão Especial para estudar a fronteira Paraná - São Paulo:

MAURÍCIO FRUET, MUGGIATI FILHO, WALDENÍCIO BARBALHO; Suplentes: LINEU TURRA e JAYME RODRIGUES CARVALHO.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976.

a) OSVALDO MACEDO — Líder do MDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na qualidade de líder da bancada do MDB, indica os Deputados:

MAURÍCIO FRUET, DENI SCHWARTZ, como membros efetivos e como suplentes os Srs. DEL CIEL e EDILSON ALENCAR,

para comporem a Comissão Especial que estudará as causas dos acidentes de trânsito no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976.

a) OSVALDO MACEDO — Líder do MDB.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na qualidade de líder da bancada da ARENA, indica os Srs. Deputados Accioly Neto, Dácio Leonel, Luiz Roberto Soares, Ezequias Losso, como efetivos; e Luiz Alberto Oliveira e Ivan Rüppel, como suplentes, para comporem a Comissão Especial incumbida de estudar e apresentar subsídios relativos ao problema do litígio de divisas entre o Paraná e São Paulo.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976.

a) IVO THOMAZONI — Líder da ARENA

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei 160/75.

— de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, solicitando dispensa de publicação em redação final do Projeto de Lei 30/76.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, desta Casa

de Leis, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo prematuro falecimento do Vereador de Santa Mariana, SHIGETAKA EGUCHI, ocorrido em lamentável acidente automobilístico.

Encontra-se enlutada a população de Santa Mariana, pois perde um de seus líderes mais destacados, cidadão cuja conduta sempre dignificou aquele município.

Sempre voltado aos interesses de sua comunidade, o Vereador Eguchi foi árduo defensor dos anseios do povo de sua terra, e batalhador incansável pelo progresso de sua região.

Requer, outrossim, o Deputado signatário, que da decisão desta Casa, seja cientificada a família enlutada, por inteiro teor deste, bem como o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Mariana e seus pares.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976.

a) JORGE SATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, se registre na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor e congratulações ao jornal "DIÁRIO DOS CAMPOS", da cidade de Ponta Grossa, pelo transcurso de seus 69 anos de existência.

Órgão de divulgação dos mais conceituados desse Estado, prima pela sua coerência de linha independente, quer pela sua direção atual, como também pela sua trajetória histórica, fazendo ele parte da vida da comunidade pontagrossense.

Requeiro, outrossim, se dê, deste, conhecimento ao jornal, através de seu Diretor, Dr. Henrique Djenilwski.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine seja efetuada a reparação da rodovia que liga Palmeira, São João do Triunfo e São Mateus do Sul, bem como, determine seja providenciado para que o serviço de conservação naquela estrada, seja efetuado periodicamente, posto que, encontra-se atualmente abandonada, necessitando de urgentes reparos.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido constantes reivindicações por parte de motoristas, que se utilizam daquela rodovia, alegando estes, estar a mesma em precaríssimas condições de tráfego, dificultando grandemente o transporte que por ali é feito, e também, trazendo sérios prejuízos àquela região.

Convém ressaltar que esta é uma rodovia pioneira em nosso Estado, e como tal, não é pavimentada, entretanto tem servido por dezenas de anos para interligar Palmeira, São João do Triunfo e São Mateus do Sul.

Evidentemente, é do conhecimento de todos, que se concentram em Palmeira, serrarias que servem o nosso Estado, e portanto, necessitam desta rodovia para escoar a madeira beneficiada.

Quanto a São Mateus do Sul, cumpre-nos lembrar o investimento que o Governo Federal está fazendo naquele local, na exploração do xisto, o que acreditamos justificar plenamente uma maior atenção pelo DER para essa estrada que tem um papel importante, não só na economia estadual, mas também nacional.

Assim sendo, a nossa solicitação é que seja providenciada uma conservação constante da rodovia que liga Palmeira, São João do Triunfo até São Mateus do Sul, pois encontra-se este em precaríssimas condições de tráfego, com a conservação completamente abandonada, o que vem causando sérios prejuízos à economia da região, que tem encontrado dificuldades em escoar seus produtos, inclusive os agrícolas.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e consequente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais:

Considerando que o Brasil vive hoje intensamente a época do desenvolvimento dos meios de comunicação, estando todo o País recebendo, nos principais centros urbanos, o serviço de DDD, é, em alguns, até de DDI;

Considerando que essa ampliação na rede de comunicações está contribuindo para o rápido entendimento entre as mais diversas camadas sociais que laboram na construção do progresso nacional;

Considerando, porém que, se os grandes centros e as sedes dos municípios gozam de certa facilidade na aquisição de centros telefônicos, já o mesmo não ocorre ainda com vilas, sede de distritos, e os núcleos rurais de onde emana a riqueza de nossa produção agropecuária;

Considerando que o Oeste do Paraná, região da qual representamos boa parte nesta augusta Assembléia, está superpovoado de distritos e patrimônios de grande projeção socio-econômica, mas ainda não ligadas por asfalto nem por rede telefônica;

Considerando, finalmente, que dia a dia cada um desses distritos e desses núcleos rurais vem reivindicando um serviço de telefones, ou pelo menos de um telefone, mas não se conhecem ainda os requisitos necessários à consecução desse objetivo, requer a V. Exa., ouvida a Casa, solicitar à TELEPAR, informações detalhadas sobre as condições em que podem ser instalados telefones nos distritos e nos núcleos rurais de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976.

a) ERNESTO DAL'OGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental e ouvido o Plenário, requer a V. Exa. seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, para que sejam tomadas providências no sentido de que seja dado maior dinamismo na expedição de cédulas de identidade, cuja demora ora verificada está causando sérios transtornos aos interessados.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976.

a) LINEU TURRA

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 98/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Serão arquivados todos os projetos de lei, que concedam títulos de cidadania ou honorarias, apresentados nas legislaturas anteriores.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

a) NILSO SQUAREZI, pela Comissão de Constituição e Justiça.

JUSTIFICATIVA:

Os projetos que objetivam títulos de cidadania ou concessões

são de honorarias, a priori, buscam o imediato reconhecimento de méritos às pessoas homenageadas, valendo dizer, que os planos de lei, das legislaturas passadas, muitas vezes propostos por parlamentares não detentores mais de mandatos, de per si, estão desnaturados.

A medida não impede a representação à Casa, desde que um membro da legislatura corrente, assim entenda válido.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 48/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA LUCIANO STENCEL”, com sede na cidade de São Mateus do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976.

a) LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICAÇÃO:

Como provam os documentos em anexo, a entidade que pretendo com este Projeto de Lei, declarar de Utilidade Pública, atende os requisitos da Lei reguladora da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 49/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DOS PADRES MISSIONÁRIOS DE NOSSA SENHORA CONSOLADORA, da cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à Comunidade de Cascavel.

O reconhecimento dos poderes municipais já foi comprovado, através da Lei Municipal 1099, de 11/09/74.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam as finalidades das suas atividades, bem como o preenchimento dos requisitos legais exigidos pela legislação federal e estadual vigente.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei, que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento dirigido ao Ministério da Educação e da Cultura, em que solicito algumas informações sobre as entidades beneficiadas no Estado do Paraná, com as verbas da Loteria Esportiva e o montante destas verbas atribuídas ao Estado do Paraná.

Obtive junto à Caixa Econômica Federal, em outubro do ano passado, o retrospecto da arrecadação da Loteria Esportiva neste Estado, até o teste 256.

Arrecadou-se no Paraná, Cr\$ 630480.029,00 e distribuiu-

se em prêmios, no Paraná, apenas a importância de Cr\$ 188.288.018,46, existindo, assim, uma defasagem em prejuízo deste Estado, da ordem de Cr\$ 445.199.000,00, dos testes, até o número 256.

Oficiei pessoalmente ao Ministério da Educação e da Cultura, mas não obtive resposta sobre o montante das verbas distribuídas a este Estado. Ainda hoje, a imprensa noticiou de que o Município da Lapa receberá Cr\$ 1.000.000,00 em verbas da Loteria Esportiva, o município de Curitiba Cr\$ 800.000,00 Planalto Cr\$ 100.000,00.

Acredito de que a informação é valiosa para esta Casa, a fim de podermos nos situar perante o problema da Loteria Esportiva.

Então, estou enviando à Mesa um requerimento solicitando que se mande um ofício porque a Assembléia não tem força de exigir estas informações mas, que mande um ofício da Assembléia ao Ministério da Educação e da Cultura, solicitando uma informação das razões das entidades agraciadas, e das verbas.

O requerimento está vazado nos seguintes termos: (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário, na aprovação da remessa de expediente ao Ministério da Educação e da Cultura, solicitando a relação das entidades já beneficiadas no Estado do Paraná, com verbas da Loteria Esportiva, bem como o montante das mesmas, destinado a este Estado.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976.

a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que o montante arrecadado, no Estado do Paraná, pela Loteria Esportiva, até o teste 256, foi da ordem de Cr\$... 633.480.029,00, tendo retornado apenas a importância de Cr\$ 188.281.018,46, como prêmio aos apostadores. Existe assim uma defasagem entre o arrecadado e o distribuído da ordem de Cr\$ 445.199.010,54, faltando apenas saber-se o montante, em formas de verbas do MEC, que retornou ao Paraná. O requerimento objetiva colher este dado, a fim de que possamos, não apenas sugerir medidas visando o aprimoramento do sistema mas assumirmos uma posição, como paranaenses, perante a LE.

Regimentalmente, o pedido é feito através de solicitação, eis que a AL, não tem poderes para exigir a informação, a qual todavia, conforme informação da Caixa Econômica Federal só através do MEC é possível, e razão alguma existe para a mesma ser sonogada aos representantes do povo paranaense”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos nós sabemos e conhecemos perfeitamente o valor e a importância do motorista profissional, do motorista de táxi, dos grandes centros, pois ele é que orienta muitas vezes, é que indica endereços principalmente para pessoas do interior. E a obrigação de sua função é ser um homem de bem, o motorista de praça que expõe sua vida diariamente, e principalmente nos serviços noturnos onde pode, a qualquer instante, transportar um bandido, um assassino, às suas costas, para lhe tirar a vida.

Este valor que todos nós conhecemos que é engrandecido muitas vezes quando um deles, um profissional do volante é agredido como vemos nos jornais frequentemente e todos nós somos solidários à dor do motorista nestas ocasiões, porque nós sabemos, como já disse, da sua participação na vida das grandes cidades. Agora, eu pretendo narrar rapidamente neste instante, para conhecimento da Casa, um fato que eu não podia

deixar de registrar, a Sra. Doralina Gomes Conceição Silva, zeladora da Escola de Aplicação Nice Braga de Nova Esperança, pessoa minha conhecida há cerca de dez anos, veio esta manhã para Curitiba e chegando na rodoviária tomou um táxi para dirigir-se à minha casa. E o percurso em torno de 8 a 10 cruzeiros. E depois de rodar não sei quantos minutos com a Sra. Doralina, este motorista que não sabemos o nome, nem a placa do seu veículo, cobrou desta zeladora, 104 cruzeiros.

Faço um registro de maneira lamentável. Porque pretendo manter contato com as autoridades responsáveis porque não é o primeiro fato nem será o último. Tenho conhecimento, Sr. Presidente, de outras vezes, que pessoas saídas do interior, humildes, pobres, na maioria doentes que vêm para a Capital procurar um Deputado ou um hospital caritativo para encontrar amparo, orientação, atendimento, e, lamentavelmente, estas pessoas muitas vezes que não sabem o que é taxi, nem táxi-metro, são roubadas, e o crime não é muito menor do que aqueles que atentam contra a vida dos profissionais de volante.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto que entreguei à mesa na sessão de hoje, era minha intenção fazê-lo na sessão de amanhã.

E assim pensava, porque exatamente o dia seis de maio, é do mais alto significado para o parlamento brasileiro.

E este projeto que, dentro em pouco, sobre ele falarei, está intimamente ligado não só com o Parlamento como instituição, mas sobretudo se relaciona com a própria sobrevivência do Parlamento Nacional, na conjuntura atual.

Comemora-se, amanhã, é do conhecimento de todos, 150 anos da instalação da I Assembléia Nacional do País, o que ocorreu no dia 6 de maio de 1826, por força de Carta Imperial de 1824.

Como a sessão de amanhã, por determinação da Mesa, o Grande Expediente será inteiramente dedicado a essa data, vi-me na contingência de tratar deste projeto na sessão de hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo):

“Projeto de Lei nº 47/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — A Assembléia Legislativa fiscalizará os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, obedecendo o processo estabelecido nesta lei, sem prejuízo da fiscalização exercida com fundamento na Lei Estadual, nº 6765, de 26 de dezembro de 1975.

Art. 2º — A fiscalização será exercida:

a) quando se tratar da administração centralizada, sobre todos os atos administrativos, excetuados os regulamentares;

b) quando se tratar da administração indireta, que para os efeitos desta lei compreende as autarquias, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as fundações, sobre os atos de gestão administrativa, patrimonial e financeira.

Parágrafo único — A fiscalização terá por objeto a legalidade dos atos, inclusive os aspectos concernentes ao desvio de finalidade, abuso de direito e fraude à lei, bem como o exame da conveniência, oportunidade e eficiência dos resultados obtidos.

Art. 3º — Fica instituída, como órgão incumbido da fiscalização, uma Comissão Permanente, com a denominação de “Comissão de Fiscalização e Controle”.

§ 1º — A Comissão de Fiscalização e Controle será integrada por sete (7) membros, observado, para a sua composição, o critério da proporcionalidade partidária.

§ 2º — A indicação dos membros dessa Comissão obedecerá às normas regimentais que disciplinam a composição das Co-

missões Permanentes da Assembléia Legislativa.

Art. 4º — Para o cumprimento de suas atribuições, a Comissão de Fiscalização e controle poderá:

I — convocar Secretários de Estado, funcionários civis e militares e dirigentes da administração indireta;

II — solicitar, por escrito, informações à administração direta e à indireta sobre matéria sujeita à fiscalização;

III — promover a tomada de depoimentos e a inquirição de testemunhas;

IV — requisitar documentos públicos necessários à elucidação do fato objeto da fiscalização;

V — providenciar a efetuação de perícias e diligências.

§ 1º — As informações ou documentos, de interesse da Comissão de Fiscalização e Controle, serão solicitadas através da Presidência da Assembléia Legislativa.

§ 2º — Serão assinados prazos não inferiores a dez (10) dias para cumprimento das convocações, da prestação de informações, depoimentos e testemunhas, requisições de documentos públicos e realização de diligências e perícias.

§ 3º — O descumprimento do disposto no parágrafo anterior ensejará a apuração da responsabilidade do infrator, de conformidade com a legislação pertinente.

§ 4º — Quando se tratar de documentos de caráter sigiloso, classificados como reservado ou confidencial, serão anunciados com estas classificações, as quais deverão ser rigorosamente observadas, sob pena de responsabilidade de quem cometer a violação, apurada na forma da lei.

Art. 5º — Ao concluir a fiscalização, a Comissão fará relatório circunstanciado, com indicação — se for o caso — dos responsáveis e das providências cabíveis, devendo sobre o mesmo manifestar-se, por maioria de votos, o plenário da Assembléia Legislativa.

Art. 6º — A matéria que for objeto de apuração pela Comissão de Fiscalização e Controle fica excluída de apuração simultânea por qualquer instância administrativa.

Art. 7º — As despesas destinadas ao funcionamento da Comissão de Fiscalização e Controle, correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembléia Legislativa.

Art. 8º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

No VII Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas realizado de 19 a 21 de abril pretérito, em Belo Horizonte, foi aprovado entre outras, teses, que honrosamente subscrevi, da bancada do Estado do Paraná, a propósito do “Controle da Administração Indireta pelas Assembléias Legislativas”. Por força da aprovação da tese, o referido conclave, de larga repercussão nacional, recomendou que as Assembléias Legislativas promovessem, a curto prazo, a elaboração de lei reguladora do controle político da Administração Indireta, especialmente.

Dai, o presente Projeto de Lei que ora se oferece à apreciação desta Assembléia Legislativa, com a antecipada certeza da sua aprovação por parte dos eminentes deputados que integram esta Casa.

1 — Antes de mais nada, convém fixar a seguinte premissa, de ordem doutrinária: na hora presente, o exercício efetivo do controle político da atividade administrativa fundada em normas de direito privado se afigura, indistintamente, como o caminho mais seguro para o soerguimento do Poder Legislativo. É que, sendo a administração indireta a fórmula preferida pelo Executivo, por razões conhecidas, e tendo em conta a reduzida capacidade legiferante do Parlamento moderno, por causas diversas, não resta dúvida que o controle político constitui o verdadeiro instrumento jurídico que impedirá o soçobrimento do legislativo no mar intranquilo da separação de poderes.

Efetivamente, há uma tendência do Estado de atuar no domínio econômico, através de instituições de direito privado.

2 — As premissas históricas do processo descentralizante e intervencionista do Estado, no contexto da economia privada, não encontram base concreta e data rigorosa para seu exato dimensionamento.

Os mais respeitados estudiosos do problema, no País, entre eles BRITO DAVIS e CAIO TÁCITO, afirmam que a empresa constituída pelo Estado, visando o fim econômico, tem como antecedente histórico, as companhias holandesas e portuguesas, que no século XV e XVI, aplicavam investimentos da Coroa destinados a alcançar, através da conquista dos mares e terras desconhecidas, novas fontes de suprimentos para os mercados europeus.

O fenômeno da intervenção estatal no domínio econômico, entretanto, adquiriu maior consistência e intensidade já na fase contemporânea, quando se realça o problema dos serviços industriais e comerciais do Estado e de sua estrutura jurídica, inspirada no regime jurídico privado. O campo da iniciativa eminentemente privada vê-se, assim, inesperadamente invadido pelo Estado, que, num lampejo de ampliação da atividade administrativa, passa a desenvolver tarefas verdadeiramente empresariais em benefício dos interesses públicos relevantes.

Abandonando a filosofia do "Laissez-faire", do Estado liberal, em que as atividades privadas são desempenhadas pelo particular e as públicas pelo Estado, o Poder Público, no dizer de CRETELLA JÚNIOR, tem a possibilidade de socorrer-se quer de procedimentos do Direito Público, quer do Direito Privado, para a consecução de objetivos importantes para a comunidade.

AMARAL FREIRE, um dos autores da Reforma Administrativa Brasileira, enfatiza que a "evolução do Estado-Não-Intervencionista para o Intervencionista decorreu da era da máquina e das duas guerras mundiais, com ênfase na última, o que ensejou o equacionamento da era industrial da sociedade, por influência da chamada Revolução Tecnológica". E cita o espanhol JUAN BADIA, que diz: "De um Estado com funções limitadas, passou-se a um Estado que se interessa por tudo e sobre tudo. As técnicas adquirem em nosso mundo moderno uma dimensão e volume tal que o Poder Público não pode desprezá-las".

Com efeito, nesta escalada conjuntural, o Estado, preliminarmente com funções estratificadas no corpo administrativo e no de defesa e segurança da comunidade; ante a irreversível evolução e o gradativo aumento das necessidades coletivas, afastou-se de sua linha tradicional de atuação e passou a intervir no setor das atividades econômicas e sociais da comunidade, orientado e disciplinando sua sequência evolutiva segundo os parâmetros da política governamental adotados ao longo dessas transformações.

No Brasil, como de resto em todas as Nações, é inegável a acentuada tendência da atuação do Estado na economia; onde se tornou verdadeiro empresário e elemento partícipe e integrado no mecanismo do mercado de bens e serviços, exercitando tarefas normais no sistema de livre concorrência.

Na administração moderna, o conceito de governo está intimamente ligado à tomada de decisões, o que, sem dúvida, pressupõe ampla desconcentração administrativa das atividades governamentais.

É fato assente que a gradativa descentralização das funções estatais — com a criação de empresas públicas e sociedades da economia mista — encontra como causa predominante a natural fuga aos sistemas clássicos de controle da administração centralizada, hoje já bastante mudada.

E, como ensina THEMISTOCLES CAVALCANTI, "o controle das sociedades de economia mista e das empresas públicas constitui um tema reclamado, não só pelo nosso sistema de fiscalização financeira que exigiria o controle pelo legislativo do emprego de todos os recursos aplicados pelo

Estado nessas empresas, como medida aconselhável para preservar uma boa prática administrativa, qual seja a responsabilidade dos administradores".

3 — A mencionada tendência, que cada vez mais se acentua, da atuação do Estado no domínio econômico, através de instituições de direito privado, está a exigir a adoção de uma sistemática de controle ampla que possa diagnosticar a maneira dos procedimentos administrativos dessas instituições e adequar seus objetivos à política global de investimentos do Governo.

A razão inspiradora para a recepção de antes do setor privado funda-se, segundo os estudiosos, na flexibilidade operacional de tais entidades e na busca incessante de desvincular-se a Administração das dificuldades burocráticas e dos controles governamentais que medram na atividade direta.

Assim, o Direito Administrativo toma de empréstimo ao Direito Comercial, o modelo orgânico das sociedades mercantis, predominantemente o da Sociedade por Ações, e também ao Direito Civil, no caso das associações, instituindo instrumentos flexíveis de ação administrativa no campo da economia (industrial, comercial, agrícola) e da prestação de serviços (culturais, assistenciais, de amparo técnico, bem-estar social, educacional).

A dualidade de regime jurídico a que se vinculam essas pessoas de direito privado investidas de uma destinação pública, representa, em verdade, a recepção, no Direito Administrativo, de instituições de Direito Comercial (Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) ou Civil (Fundações e Corporações), com as adaptações impostas pela atividade fim, que é a execução de um serviço de interesse coletivo.

Entretanto, o vulto, a importância e o número das empresas estatais (e o que representam em recursos, no orçamento do Estado), não podem dispensar, em nome da autonomia de que se revestem, o policiamento do emprego dos dinheiros públicos e a maior subordinação dos planos à orientação governamental, visando à indispensável harmonia e unidade de ação do Estado.

O Poder Público e seus desmembramentos administrativos, atuam dentro de normas legais que fixam a competência de seus agentes e delimitam o campo de atuação da Administração, estabelecendo os controles a que se sujeitam a atividade pública e seus agentes.

É que a transposição de regras e princípios de direito privado nas relações de direito público, o entrosamento de regras e princípios gerais que se fazem comuns ao direito-privado e ao direito-público, não significa o predomínio do Direito Privado sobre o Público como querem os privatistas. Mas, ao contrário, se verifica exatamente a prevalência do Direito Público, que possui a afetação do Poder Estatal, exercido em nome da coletividade e visando o bem comum.

A preferência recai normalmente nas normas de direito público, porque estas são mais consentâneas com as finalidades sociais do empreendimento estatal no campo econômico e mais aproximada do interesse coletivo.

Com muita propriedade, BRITO DAVIS explica que: "Normas de direito comercial se entrelaçam harmoniosamente com normas de direito administrativo e de direito financeiro, possibilitando ao Estado participar de atividades predominantemente privadas. Fácil será compreender que dentro de um sistema de economia dirigida, mesmo sem prejuízo, como aliás é de se recomendar, da manutenção das formas democráticas de governo, não bastará, para o seu implemento, o apelo a simples normas de Direito Comercial, sendo o Estado compelido a lançar mão de outros instrumentos ou ordenamentos jurídicos, pertencentes estes tipicamente à esfera do Direito Público. O controle, a supervisão, em suma, o resguardo do interesse público nas empresas estatais, como sói acontecer com as sociedades de economia mista, que a despeito do fato de possuírem o "status" de direito privado, subor-

dinam-se, inexoravelmente, a uma série de normas legais, de cunho administrativo, endereçadas, precipuamente, às pessoas de direito público, bem como aos órgãos descentralizados da Administração Pública”.

Essas considerações servem para demonstrar a possibilidade da interferência do Poder Legislativo no controle das entidades em que o Estado (Poder Executivo) participa total ou majoritariamente, com recursos públicos próprios, sem que isso importe em modificação ou ingerência na legislação específica que rege os mecanismos internos das referidas entidades. Tanto é certo, que são inúmeros, hoje, os exemplos legais aparentemente modificadores do regime privado específico, sem contudo representarem desnaturações graves na própria legislação mercantil:

1 — As empresas públicas e as sociedades de economia mista são criadas e extintas por lei (Art. 5º, do D.L. 200), o que não ocorre com as sociedades puramente comerciais;

2 — Os litígios trabalhistas entre servidores e as empresas públicas federais, processam-se perante a Justiça Federal, e não, perante a Justiça Trabalhista, como acontece com as sociedades comerciais (Art. 110, C.F.);

3 — Bem assim, qualquer causa em que empresa pública federal for parte, como autora, ré, assistente ou oponente, processa-se perante a Justiça Federal (Art. 125, C.F.);

4 — A proibição, aos funcionários públicos, de acumular cargos, estende-se às atividades desempenhadas dentro de empresas públicas e sociedades de economia mista (Art. 99, § 2º, C.F.). A figura de acumulação inexistente quando se tratar de emprego exercido em sociedade comum. A regulamentação sobre a contagem de tempo de serviço nas entidades públicas não alcança, igualmente, os empregados das sociedades mercantis;

5 — Os deputados e senadores não podem firmar ou manter contrato com empresas públicas ou sociedades de economia mista, nem nelas aceitar ou exercer emprego remunerado (Art. 34, I, a e b, C.F.) — proibição inexistente com empresas particulares;

6 — A maioria do capital dessas entidades pertencem ao Poder Público (Art. 5º, D.L. 200);

7 — Geralmente, seus administradores são escolhidos e designados pelo Poder Público; nas empresas comerciais, são escolhidos em Assembléias Gerais;

8 — Estão sujeitas à supervisão ministerial na União, com inúmeras restrições, às quais devem atender (D.L. 200);

9 — Seus orçamentos devem obter prévia aprovação;

10 — Recebimento sistemático dos relatórios, boletins, balancetes e informações que permitam ao Ministro acompanhar as atividades da entidade e a execução do orçamento-programa e da programação financeira aprovadas pelo Governo (D.L. 200, art. 26);

11 — Aprovação das contas, relatórios e balanços, diretamente ou através de representantes ministeriais nas Assembléias e órgãos de administração e controle (D.L. 200, art. 26);

12 — Fixação de critérios para gastos de publicidade, divulgação, relações públicas e com pessoal (D.L. 200, Art. 26);

13 — Intervenção, por motivo de interesse público (D.L. 200, art. 26);

14 — As sociedades de economia mista e as empresas públicas não visam lucro, mas, sim, o interesse público, ao contrário das entidades mercantis;

15 — Concede-se mandado de segurança contra atos dos administradores dessas entidades (Lei nº 1533, de 31.12.51, Art. 1º, § 1º), o que não ocorre com as sociedades comerciais;

16 — Estão sujeitos, seus dirigentes e empregados, ao

sequestro e perdimento de bens nos casos de enriquecimento ilícito (Lei nº 3502, de 21.12.58, Art. 1º, § 2º);

17 — Possibilidade de insenção de impostos às empresas que explorem atividades monopolizadas.

A ingerência do Direito Público sobre o Direito Privado não constitui inovação, pois é grande a ordem de determinações legais administrativas incidentes sobre as entidades privadas em geral, que sofrem diariamente o impacto da Fiscalização proveniente das áreas dos Ministérios da Fazenda, do Trabalho, da Previdência Social e da Indústria e Comércio, principalmente.

Toda a fiscalização é portadora, assim, de normas de Direito Público, podendo atuar em área privada. Não implica isso em contradição invencível, visto que a divisão entre Direito Público e Privado é mais didática do que essencial.

Assim, nada obsta o exercício pleno do controle da Administração Indireta, pelo Legislativo, a quem cabe o exame da legalidade e da conveniência pública da atuação dos órgãos estruturados por normas de direito privado.

Todavia, esse controle parlamentar é dicotômico, na medida em que se desdobra em controle político e controle técnico. Este é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, na forma da Constituição Estadual e, no aspecto específico atinente à fiscalização financeira e orçamentária, presentemente, nos termos da Lei Federal nº 6223, de 14 de julho de 1975, bem como de Leis Estaduais correlatas (no Paraná, a de nº 6765, de 26 de dezembro de 1975). Mas, o controle político ainda não tem uma dimensão mais atualizada e o seu exercício se faz através de Comissões Permanentes, ineficazes pela ausência de poderes; pelas Comissões de Inquéritos, de caráter temporário, que se tem mostrado inócuas; e, finalmente, mediante a convocação de dirigentes.

Ora, o controle técnico, mais legalmente definido e ampliado, alcança a administração indireta, e, com isso, a Assembléia Legislativa, por intermédio do Tribunal de Contas poderá averiguar apenas se as atividades financeiras dos órgãos descentralizados, se processam consoante o Direito e nos limites por ele traçados. O mesmo não se dá, porém, com o controle político, que não é fiscalização da legitimidade como ocorre com o controle técnico. Ao contrário, o controle político é Fiscalização de mérito, cujo objetivo diz respeito à indagação do acerto da ação, segundo os critérios de conveniência e oportunidade, ou da boa técnica de administração.

E esse controle político precisa, urgentemente, ser exercido pelas Assembléias Legislativas, sob pena destas se tornarem grêmios onde as discussões perderão substância política e, em consequência, iniciarão o definitivo mergulho na indiferença de que fala GOERGES VEDEL, antigo decano da Universidade de Paris.

Reconhecendo, já em 1894, a relevância da Ação Fiscalizadora dos Paramentos, WOODROW WILSON, no seu *Congressional Government*, à página 295, da 10ª edição, afirmava enfaticamente:

“Tão importante quanto legislar é fiscalizar atentamente a administração; e mais importante ainda do que legislar é instruir e orientar o público sobre assuntos políticos que devem ser comunicados por um órgão que discute abertamente todas as questões de interesse nacional”.

4 — Estabelecido essa primeira premissa, passa-se a uma outra, agora de ordem constitucional: as Assembléias Legislativas, nos termos dos Arts. 45 e 200, da Constituição Federal, estão autorizadas à elaboração de lei ordinária que regulamente o sistema de controle político do Poder Executivo, inclusive dos atos praticados pela administração indireta.

Dispõe o Art. 45 da Constituição Federal, que a “Lei regulará o processo de fiscalização pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração indireta”.

A Constituição conserva aqui, como observa MANOEL

GONÇALVES FERREIRA FILHO, o texto que, como parágrafo único, fora acrescentado ao Art. 65, da Constituição de 1946, pela Emenda Constitucional nº 17, de 26 de novembro de 1965. Do Projeto de Constituição enviado ao Congresso pelo Presidente Castelo Branco, em 1967, não constava este dispositivo. Foi ele então, objeto de emenda aditiva oferecida pelo Senador Josaphat Marinho que estava assim justificada: — "Parece-nos da maior importância e conveniência o preceito. Através dele o Congresso poderá definir com objetividade o alcance de sua função de controle, tanto mais oportunamente quanto se está reduzindo à sua capacidade legislativa. O Art. 69 do Projeto cuida apenas da fiscalização financeira e orçamentária, que não abrange, notoriamente, todos os ângulos do poder de controle que detém o Congresso Nacional". A emenda foi aprovada e passou a constituir o Art. 48, da Constituição de 1967, com a seguinte redação:

"A lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e da Administração descentralizada". Em 1969, por força da emenda nº 1, o dispositivo trocou de lugar, passando a figurar no Art. 45, e mudou-se, também, a redação da parte final, pois se preferiu a expressão administração "indireta" à "descentralizada", relativamente ao alcance da fiscalização.

Na verdade, este dispositivo é de grande importância e poderá servir para que o Congresso Nacional e Assembléias Legislativas afirmem e aperfeiçoem o seu poder de fiscalização, que no Estado contemporâneo, parece ser o poder por excelência dos Parlamentos, o único que estes estão em condições de exercer eficientemente. É que, como diz MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, "a prática das delegações, o "leadership" exercido pelo "Executivo", fenômeno que, mais ou menos pronunciados ou disfarçados, se observam em toda a parte, vem deixando as câmaras como mero órgão de fiscalização onde se debatem, criticam e justificam as opções governamentais para edificação da opinião pública".

Todavia, o dispositivo constitucional jazia intocável, malgrado o Poder Legislativo brasileiro, no plano Federal e mesmo nas esferas estadual e municipal, tivesse consciência de que, desfigurado e sem meios de recuperação, a tarefa de fazer leis já não era a sua principal função, diante do gigantismo do Executivo.

Na mesma Constituição, o Art. 70, que trata do controle financeiro do Executivo, também permaneceu por um lapso de tempo bastante prolongado à espera da regulamentação que, afinal, surgiu na legislatura passada. Estava vencida apenas uma primeira etapa no caminho pretendido pelo Parlamento e o seu maior mérito terá sido o de servir de trampolim para a investida seguinte, ou seja, a regulamentação do Art. 45, muito mais importante que o Art. 70.

O ponto principal do Art. 45 não é prever a fiscalização dos atos do Poder Executivo, pois isto é uma conquista histórica, de há muito consagrada. O cerne da questão está em prever a fiscalização parlamentar da administração indireta. "Não raro — escreve o citado constitucionalista paulista — sonegavam-se os atos desta administração indireta à fiscalização parlamentar, sob a alegação de que, tendo as entidades que a desempenham personalidade jurídica própria, distinta do Estado, estavam fora do alcance do controle parlamentar que só abrangia a atividade, direta e centralizada, do Estado. Em face do texto em exame não há tergiversação possível. A fiscalização parlamentar alcança a administração distinta do Estado".

Em comentário ao referido Art. 45, PONTES DE MIRANDA, assevera que "a falta de fiscalização da administração descentralizada tem sido um dos grandes males do Brasil. É de importância frizar-se que a permissão da edição de lei que regule a fiscalização põe nas mãos dos deputados e dos senadores ou daqueles e desses poderes que podem evitar a tumultuosa e calamitosa feitura de portarias e instruções, a ausência, por parte do

Poder Executivo, de exame e vigilância do que se passa com as obras públicas, principalmente nas administrações descentralizadas, como a das Reitorias e das Autarquias".

5 — É indiscutível que o preceito contido no Art. 45, tem por escopo estender o controle político do Poder Legislativo à área da administração indireta.

Ora, a obrigatoriedade de os Estados respeitarem os padrões constitucionais do modelo Federal, na elaboração das respectivas Cartas Políticas, é ponto pacífico entre os tratadistas e vem explícita na Carta Federal quando estabelece:

"Art. 200 — As disposições constantes desta Constituição ficam incorporadas no que couber, ao direito constitucional legislado dos Estados".

Segundo os mais eminentes constitucionalistas brasileiros, com a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, a incorporação dos princípios constitucionais Federais às Cartas Estaduais é automática, sem dependência de qualquer prazo ou ato, e ocorreu a 30 de outubro daquele ano. O texto do Art. 45 está, deste modo, segundo mandamento do Art. 200, incorporado e vigente no direito constitucional legislado dos Estados.

A respeito, proclama PONTES DE MIRANDA:

"Se alguma Constituição Estadual deixa de inserir erradamente no seu texto regra jurídica que se considerou adaptação local do que se estabelece na Constituição de 1969, o erro é, aí, infração do Art. 200 e da regra jurídica constitucional a que se pretendeu atender".

Assim, no Art. 45 está a gênese do controle dos atos da administração indireta, ficando, apenas, entregue à lei, a atribuição de especificar a forma pela qual deva ser exercido.

Tem-se, portanto, que os órgãos da Administração Indireta, a par do controle técnico (financeiro), também são abrangidos pelo controle político das Assembléias Legislativas.

Trata-se de um princípio constitucional impositivo, exigindo, caso não pré-exista, codificação apropriada que o ponha em execução.

A interpretação conjugada dos Art. 45 e 200, da Constituição Federal, transcritos, permite estabelecer "mutatis mutandi" que:

"A lei regulará o processo de fiscalização, pela ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA dos atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta".

Aliás, adaptação semelhante foi observada por alguns Estados, na elaboração de suas Constituições, destacando-se a do Rio Grande do Norte (Art. 20) e do Espírito Santo (Art. 34).

6 — De seu turno, o Congresso Nacional já se antecipou na elaboração de lei reguladora do processo de fiscalização, através Projeto do Senador MAURO BENEVIDES, que tomou o nº 40/76, apresentado na atual Sessão Legislativa do Senado Federal.

Esse Projeto, que serviu de modelo padrão para o que ora se apresenta a esta Assembléia Legislativa, está assim justificado pelo seu autor:

"A regulamentação do artigo 45 da Constituição Brasileira, apesar de tentada na passada legislatura, permanece à espera da deliberação do Congresso, tendo sido arquivados vários projetos de lei apresentados com aquele objetivo.

Inserindo-se, juntamente com o artigo 70 e seus parágrafos, entre os dispositivos que propiciarão ao Parlamento o exercício de sua efetiva ação fiscalizadora, o artigo 45 circunscreve-se ao controle dos atos do Executivo e aos dos da administração indireta.

Enquanto em relação ao artigo 70 a Lei nº 6223/75 já o disciplinou, com o estabelecimento das normas de fiscalização financeira e orçamentária, o certo é que no que concerne ao artigo 45 todos os projetos até aqui elaborados não lograram acolhida por parte do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Urge, pois, que a utilização da prerrogativa atribuída pela Lei Maior ao Congresso se processe eficazmente, ampliando de modo substancial, a faixa de atuação das duas Casas.

Ultimada aquela providência, como se pretende através do presente projeto, não mais se poderá agüir, sob esse aspecto, o esvaziamento do Legislativo à falta da disciplinação de um artigo cuja relevância é reconhecida indiscrepantemente.

Ressalte-se que a existência de um vasto elenco da entidade no campo da administração descentralizada torna imperioso um trabalho vigilante e severo a cargo dos parlamentares, sem o que os atos praticados pelos dirigentes de tais órgãos jamais sofrerão o crivo atento e prespíaz de Deputados e Senadores, em nome do interesse público.

Não é mais possível procrastinar-se a regulamentação do citado artigo, que desde 1967 permanece na expectativa de uma medida legal que assegure a sua plena exequibilidade.

Daí, aguarda-se na Sessão Legislativa que ora se inicia, o definitivo deslinde desta questão, nos termos dos projetos agora submetido ao exame do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1976

Senador MAURO BENEVIDES." (publicação anexa).

7. Isso exposto, aguarda-se que esta Assembléia Legislativa, em consonância com a decisão do VII Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas e à vista da situação atual da instituição parlamentar, cujas agruras vive por experiência própria, bem como, porque não dizê-lo, até em atenção a sua sobrevivência e respeitabilidade perante a opinião pública, dê aprovação do Projeto em nome dos mais lícitos interesses do povo paranaense.

(a) ACCIOLY NETO.

"SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 40, de 1976

Dispõe sobre o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e os da administração indireta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º - A Câmara dos Deputados, e o Senado Federal, de conformidade com o art. 45 da Constituição, fiscalizarão os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, obedecido o processo estabelecido em outros dispositivos constitucionais.

Art. 2.º - A fiscalização será exercida:

- a) quando se tratar da administração centralizada, sobre todos os atos administrativos, executados os regulamentos.
- b) quando se tratar da administração, que para os efeitos desta lei compreende as autarquias, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as fundações, sobre os atos de gestão administrativa, patrimonial e financeira.

Parágrafo único - A fiscalização cingir-se-á aos aspectos de legalidade dos atos, inclusive os concernentes ao desvio de finalidade, abuso de direito e fraude à lei.

Dos órgãos incumbidos da fiscalização

Art. 3.º - Ficam instituídos, como órgãos incumbidos da fiscalização, duas Comissões Permanentes, uma na Câmara dos Deputados e a outra no Senado Federal, ambas denominadas "Comissão de Fiscalização e Controle".

§ 1.º - Cada Comissão de Fiscalização e Controle será integrada por quinze membros, observado, para a sua composição, o critério da proporcionalidade partidária.

§ 2.º - A indicação dos membros dessas Comissões obede-

cerá às normas regimentais que disciplinam a composição das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Das Atribuições dos Órgãos de Fiscalização

Art. 4.º - Para o cumprimento de suas atribuições, as Comissões de Fiscalização e Controle poderão:

I - convocar Ministros de Estado, funcionários civis e militares e dirigentes de entidades da administração indireta, na forma regimental.

II - solicitar, por escrito, informações à administração direta e à indireta sobre matéria sujeita à fiscalização;

III - promover a tomada de depoimentos e a inquirição de testemunhas;

IV - requisitar documentos públicos necessários à elucidação do fato objeto da fiscalização.

V - providenciar efetuação de perícias e diligências.

§ 1.º - Somente a Mesa da Câmara dos Deputados ou a do Senado Federal poderá dirigir-se à Presidência da República para solicitar informações ou documentos de interesse da respectiva Comissão de Fiscalização e Controle.

§ 2.º - Serão assinados prazos não inferiores a dez dias para cumprimento das convocações, da prestação de informações, depoimentos e testemunhas, requisição de documentos públicos e realização de diligência e perícias.

§ 3.º - O descumprimento do disposto no parágrafo anterior ensejará a aspiração da responsabilidade do infrator, de conformidade com a legislação processual pertinente.

§ 4.º - Quando se tratar de documentos de caráter sigiloso, classificados como reservado ou confidencial, serão anunciados com estas classificações, as quais deverão ser rigorosamente observadas, sob pena de responsabilidade de quem os violar, apurada na forma da lei.

Art. 5.º - Ao concluir a fiscalização, a respectiva Comissão fará relatório circunstanciado, com indicação - se for o caso - dos responsáveis e das providências cabíveis, devendo sobre o mesmo manifestar-se, pro maioria de votos, o plenário da respectiva Casa do Congresso Nacional.

Parágrafo único - A matéria que for objeto de apuração por Comissão da Câmara dos Deputados ou Senado Federal fica excluída de apuração simultânea por qualquer instância administrativa.

Art. 6.º - As despesas destinadas ao funcionamento das duas Comissões de Fiscalização e Controle, ora instituídas, correrão à conta das dotações orçamentárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 7.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A regulamentação do artigo 45 da Constituição Brasileira, apesar de tentada na passada legislatura, permanece à espera da deliberação do Congresso, tendo sido arquivados vários projetos de lei apresentados com aquele objetivo.

Inserindo-se, juntamente com o artigo 70 e seus parágrafos, entre os dispositivos que propiciarão ao Parlamento o exercício de sua efetiva ação fiscalizadora, o artigo 45 circunscreve-se ao controle dos atos do Executivo e aos dos da administração indireta.

Enquanto em relação ao artigo 70 da Lei 6.223/75 já o disciplinou, com o estabelecimento das normas de fiscalização financeira e orçamentária, o certo é que no que concerne ao artigo 45 todos os projetos até aqui elaborados não lograram acolhida por parte do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Urge, pois, que a utilização da prerrogativa atribuída pela Lei Maior ao Congresso se processe eficazmente, ampliando, de modo substancial, a faixa de atuação das duas Casas.

Ultimada aquela providência, como se pretende através

do presente projeto, não mais se poderá agüir, sob esse aspecto, o esvaziamento do Legislativo à falta da disciplinação de um artigo cuja relevância é reconhecida indiscrepantemente.

Ressalte-se que a existência de um vasto elenco da entidade no campo da administração descentralizada torna imperioso um trabalho vigilante e severo a cargo dos parlamentares, sem o que os atos praticados pelos dirigentes de tais órgãos jamais sofrerão o crivo atento e perpícaz de Deputados e Senadores, em nome do interesse público.

Não é mais possível procrastinar-se a regulamentação do citado artigo, que desde 1967 permanece na expectativa de uma medida legal que assegure a sua plena exequibilidade.

Daí, aguardar-se na Sessão Legislativa que ora se inicia, o definitivo deslinde desta questão, nos termos do projeto agora submetido ao exame do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1976 — Senador Mauro Benevides.

LEGISLAÇÃO CITADA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LEI N.º 6.223 — DE 14 DE JULHO DE 1975

Dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, segundo orador inscrito. (Pausa)

Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, terceiro orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vamos discorrer, nesta tarde, matéria paralela a já brilhantemente discorrida pelo Deputado ACcioly Neto.

Embora tratando-se de matéria orçamentária, falaremos sobre a preparação do Orçamento e nosso Estado e não sobre a fiscalização posterior do mesmo.

(Lendo): “Quando de nossa participação como relator, no Orçamento Plurianual de Investimento — OPI —, do interregno 1976/78, bem como em voto separado sobre a sistemática orçamental vigente no País e em especial a maneira de estruturar, apreciar, votar, avaliar e tomar contas, no instrumento básico da administração pública.

Pretendíamos, já naquela época, antes de tudo, modestamente, apresentar certos aspectos da Lei de Meios, no sentido precípua de abrir debates, consolidar teses para, finalmente, na humanização do orçamento como maneira de atender as necessidades prementes, de médio e longo prazo da sociedade paranaense.

Se hoje voltamos ao assunto é para repassarmos os aspectos já apresentados frente à Comissão de Orçamento, querendo reabrir e ampliar os debates, apresentada a nossa tese, a qual, pensamos, viria trazer benefícios não só ao Poder Legislativo, mas, antes de tudo, ao próprio Poder Executivo, com o pressuposto maior de administrar no sentido do bem comum.

Atualmente, a proposta orçamentária chega à Assembléia Legislativa em meados do ano, cheia de programas e subprogramas, divididos em projetos e atividades, programadas e subprogramadas dentro de objetivos administrativos ensejados somente pelo Poder Executivo, para que nós parlamentares, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, estude o programa geral da administração estadual, delineado em características técnicas, sem que com ele venha uma sistemática explicativa condizente, para melhor se deliberar ou mesmo se avaliar as prioridades

governamentais. Não cabe culpa ao Poder Executivo, se nos valermos dos pressupostos da eventual boa intenção do Governo, pois ele esquematiza os programas naquilo que irá beneficiá-lo quanto à praticidade dos objetivos administrativos. Não cabe a ele se preocupar, prioritariamente, em dar aos parlamentares dados e informes para que possamos deliberar e avaliar a matéria orçamentária.

Contudo, não poderá o Governo Estadual se alienar das preocupações dos representantes populares, se estas partirem destes mesmos representantes, causa maior porque ocupamos esta tribuna, no dia de hoje.

O “status quo” no processo orçamentário não atende os interesses de estudo por parte do Poder Legislativo e isto é preocupação comum dos parlamentares, pois no 2.º Seminário Nacional sobre Orçamento Público, II SENOP, realizado no fim do ano passado em Fortaleza, os órgãos especializados do Congresso Nacional apresentaram tese sobre o assunto. A referida tese era baseada em pronunciamentos técnico-políticos dos Senadores: Amaral Peixoto, Vergílio Távora, Cadette Pinheiro, Eurico Rezende, Franco Montoro, Heitor Dias e Petrônio Portella, bem como dos Deputados, entre outros, Ademar de Barros Filho, Parsifal Barroso, Daniel Faraco, preocupados em aprimorar a sistemática orçamentária.

Vemos que a preocupação não é só nossa, como, também, não é partidária, mas sim comum aos parlamentares que se sentem impedidos de melhor participar nos processos orçamentários e com efeitos administrativos.

Na apresentação da supra citada tese dos órgãos especializados do Congresso Nacional, vale a pena apresentarmos determinados enunciados, tais como:

“... a atual apresentação da Proposta Orçamentária ao Congresso Nacional não enseja um conhecimento suficiente ao exercício de sua capacidade legisferante. “A apresentação orçamentária, por outro lado, deve levar em consideração a necessidade indiscutível que têm as lideranças de Governo de defenderem, quando preciso, a destinação de quaisquer recursos inseridos na Lei de Meios”.

“Há de reconhecer-se como básico, o princípio que condiciona os aspectos formais da apresentação orçamentária com as três etapas de competência do Poder Legislativo, por imperativo constitucional, compreendendo a votação, o acompanhamento e o controle do Orçamento, elaborado pelo Poder Executivo”.

Provado está, que não só nós nos debatemos com o problema e achamos o sistema ou processamento orçamentário, tal como se apresenta, longe de atender às necessidades da ação legislativa do Poder representativo do Povo.

O problema existe, nós padecemos com ele, menos remediáveis pois pior que o “status quo” será a nossa inoperância.

3. AS FASES DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO:

Harry Miller, em livro de Organizações e Métodos, ensina: “Do Ponto de vista administrativo são duas as vantagens do Orçamento:

- a) constitui o principal elemento de controle do legislativo sobre o Executivo. Este controle se exerce pela concessão ou recusa de verba, e;
- b) É um instrumento de administração pública....., que serve os objetivos de planejamento, controle e tomada de contas”.

Continuando, o insigne mestre se reporta:

“Embora seja um instrumento de maior importância para a administração, o orçamento pode acusar certas falhas de estrutura e procedimento que anulem grande parte de sua eficácia”.

Entre muitas falhas, o professor convidado da Fundação

Getúlio Vargas, cita: — “a ausência de política ou programa definido.

b) classificação e ausência de sumário (grifados). A classificação orçamentária deve ser de molde a facilitar o planejamento, o controle da execução e a toda a de contas ...

c) ausência de detalhes importantes. O plano orçamentário é os dados financeiros devem ser apresentados com suficiente minúcia a fim de facilitar as emendas necessárias”.

É, ainda, mais incisivo Harry Miller ao destacar:

“Quanto aos controles, a tendência é para a centralização, com o que se procura lograr maior eficiência. Infelizmente, é comum os órgãos centrais de orçamento não enviarem relatórios ..., privando informações necessárias aos supervisores ...”

Ora, o orçamento é o meio meramente operacional, do qual o planejamento é essencialmente um projeto de ação, fase primeira do sistema e não única. Se ao se planejar não são previstos meios de controles, para avaliar e realimentar o projeto de ação, porque a encenação da votação do “modus operandi”?

Harry Miller e outros condicionam a existência do processo orçamentário, tendo uma fase de controle, isto é não será um completo programa de ação se não for avaliado e realimentado.

É o orçamento, como Lei de Meios para o procedimento administrativo, periódico para se mensurar o rendimento do programa ou do projeto de ação executado, no pressuposto de se poder reestruturar os objetivos, as metas, em acordo com as necessidades que tendem, naturalmente, se renovarem ou modificarem como efeito de decisões nacionais e tendências mundiais.

Não fugiu à argúcia do Professor Harry Miller o processo controlativo do orçamento de maneira central e sem devassagem de supervisão, o que traria como consequência uma realimentação ao programa geral em si.

Também, o “Manual de Orçamento por Programa e Realizações” editado pela Organização das Nações Unidas - ONU -, traduzido sob os auspícios da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, estratifica ensinamentos que bem caracterizam o problema, que ora relatamos:

“... a introdução do orçamento-programa só é exequível quando as mentalidades estão voltadas para metas objetivas, devidamente mensuráveis.

“Como primeiro passo, pois, conviria, talvez, que os países em desenvolvimento dessem importância, neste método de elaboração de orçamento, ao aspecto da formulação de programas que estabelecessem um padrão, claramente definido nas funções organizacionais... Estas classificações de metas e funções contribuíram de maneira acentuada para o processo geral de adoção de decisões”.

Dada as fases do orçamento: planejamento (Executivo), controle (Legislativo) e Tomada de Contas (Legislativo, com auxílio dos Tribunais de Contas), nada mais justo asseverar que aquele que planeja deve ter em mente e prever no sentido de facilitar o controle e Tomada de Contas para se completar toda a sistemática orçamentária.

Se em duas fases deve o Poder Legislativo participar, a ele deve ser dada a importância que merece e não o emudecer quando no tratamento do instrumental maior da administração pública.

A nossa participação não pode ser só teórica, filosófica ou teatral, mas sim prática e realista.

Os técnicos preparam, não poucas vezes, fechados em salas esquecidos ou surdos aos clamores populares. Padecido de humanização vem o projeto às Casas de Leis impregnado de um tecnicismo estonteante e desalentador para quem quer humanizar, pressuposto para qualquer homem que galgou cargos administrativos.

Ou como bem situou o nobre Deputado Deni Schwartz, em pronunciamento nesta Assembléia Legislativa:

“Tecnocratas não caldeados pelas lutas políticas, surdos e cegos às necessidades sentidas e sofridas pelo homem, o transformam em meio, esquecido que ele é o fim em toda e qualquer ação”.

Todo o planejamento deve ser realimentado, dentro da viabilidade de ação e econômica, para que não se perca de vista a meta ou ideal: atender o homem para quem se deve voltar toda a administração.

4. A PARTICIPAÇÃO DO LEGISLATIVO:

De modo que, hodiernamente, é colocado o problema, o legislativo, legal e costumeiramente, está emudecido e impedido de deliberar sobre os programas de ação e colocações de recursos para atendimento das necessidades de sociedade.

Participamos de uma encenação constitucional, técnica e costumeira: O Poder Legislativo, somente, tem ação opinativa.

E qual o valor de nossa opinião?

Nula e deserta, pois se aprovamos toda a esquemática muito que bem e se não aprovamos, o que acontece?

Nada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, absolutamente nada, a não ser, cognominados de “emperradores da máquina administrativa”, pecha que alguns tecnocratas já utilizam para os membros do Poder Legislativo.

Mas estes mesmos tecnocratas é que utilizam o maldado “e/ou/ outros” nos finais das especificações dos programas, projetos e atividades, se auto-nominando de “incompetentes”, pois demonstram que receiam dos seus planejamentos e medram de suas previsões, feitos muitas vezes, dentro de quatro paredes, esquecidos do calor humano, o qual só poderá dar quem representa o povo, porque participa das lutas políticas e consequentemente faz do homem o seu ideal maior.

O que nos adianta decidir sobre um programa de trabalho, dentro de um projeto ou atividade específica, se o Governo pode fazer outros e deixar de lado tudo aquilo que enumerou como meta ou objetivo. Somos adultos, somos parte do Governo, somos o Poder básico para definir qualquer democracia, enfim exigimos a importância ao povo que nos delega poderes para vir representá-lo e não admitiremos que continuem as desvinculações que se engendram dentro do instrumento maior das administrações públicas.

Por que o “e/ou outros”?

Exemplificamos:

No Projeto de Orçamento Plurianual de Investimento do ano passado na página 661, continha:

“Órgão - Secretaria dos Transportes

Unidade - Gabinete do Secretário - Entidades Vinculadas
Código: 4302.16885312.851

Nos itens 1, 2 e 3 após especificar as obras que continham os projetos vinha o “e/ou outros”.

Chegando no n. 6, do item 3, do mesmo código, o máximo do planejamento:

“Pagamentos de Rodovias já concluídas. Concluir pagamentos PR/90

Porto Capim - Porecatu; e/ou outros.”

Deixamos sem comentários.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

A meta é o homem, idealiza o II PND, e o programa estadual de Governo, por isso nada mais justo que o povo participe, se não no planejamento global, especialidade do Poder Executivo, pelo menos na realimentação deste planejamento, fase atribuída ao controle dos representantes populares.

O já aludido Manual editado pela ONU, também espousa esta tese:

“Um projeto pode ter origem de diversas formas, por exemplo, pode ser solicitado pelos cidadãos, através dos seus representantes no Congresso.

Para conseguir autorização legislativa de um projeto, prepara-se um informe de viabilidade (que supõe um comparativo custo/benefício). em que se descrevem os principais componentes físicos, benefícios esperados e a viabilidade técnica”.

A participação do Poder Legislativo na fase de realimentação ou caracterização de definições de alternativas e prioridades, com consequentes soluções, finalidade básica da Lei de Meios, viria, além de auxiliar o Executivo no desencadeamento de ações, trazer o cunho, necessário, de humanização das satisfações da sociedade.

Aqui, nos respondamos, ao nosso parecer emitido na Comissão de Orçamento, quando relatamos o OPI aonde justificamos:

“1 — é o deputado quem mais de perto acompanha o povo em suas necessidades e maneiras de satisfazê-las.

2 — por consequente, ao representante popular deveria estar consignada a delineação das prioridades e definições de alternativas a serem adotadas no sentido de solucionar os problemas.

3 — Se a satisfação é a consequência de uma decisão administrativa, dirigida a uma solução de problema social, ao povo caberia determinar o que quer e como quer, para que a atitude não venha como imposição”.

Devemos ter o controle, devemos participar, portanto, nos é devido meios de melhor opinar, votar e realimentar o processo orçamentário e consequentemente o plano de Governo, única forma viável de fazer do homem um objetivo e não meio.”

O Sr. Deni Schwatz - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

O orador que o antecedeu, em boa hora e às vésperas de se comemorar 150 anos do Legislativo, lembrou de questão importante como legislar é fiscalizar.

E nós que afirmamos nesta Casa, que o orçamento de nosso Estado não passa de uma lista de intensões, meramente, uma lista de intensões, por não definir nada, nos sentimos à vontade neste momento, para apresentar a V. Exa. o nosso apoio ao pronunciamento que ora faz.

Realmente, querem transformar o homem como meio e não como um fim.

E isto, os tecnocratas estão fazendod com rara felicidade.

Foram os tecnocratas que resolveram fazer a TRansamazônica, de triste memória. São também os tecnocratas da TELEPAR, que fazem com que nós nos envergonhemos ao olhar nos seus postes, pequenas presilhas que qualquer oficina desta cidade, do nosso interior, seriam capazes de fazer com a inscrição “Made in USA”

Era o aparte.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Agradeço o aparte do ilustre

Deputado e, ao final de nosso pronunciamento, estamos propondo em requerimento, algumas medidas que poderão, se aceitas, não digo que uma solução definitiva, mas poderão minorar este problema.

“O controle do Orçamento, pelo Legislativo:

Já nos reportamos que toda vez que nos atemos à estruturação de um programa, devemos mentalizar o modo de mensurá-lo, no sentido de que possamos, a ele, executar, avaliar, controlar e, principalmente, realimentar.

Porisso ficáramos mais felizes, se no nosso Estado o pioneirismo novamente fosse utilizado e se esquematizasse um procedimento orçamentário que desse viabilidade de participação do Poder Legislativo nas tomadas de decisões das prioridades administrativas.

O emprego do orçamento por programas, supõe a mensuração da produtividade, o que viria facilitar o controle e a realimentação. Tal, se acontece no nosso Estado, é feito de

modo a complicar a análise ou, então, no mínimo, esquecido de que uma das fases do processo orçamentário é o controle do Poder Legislativo.

Ao se planejar deve-se atender às relações de insumo/ produto, as quais se centralizam no trabalho produzido, no sentido de se poder avaliar o que foi feito dentro de um programa, de modo a permitir comparações que necessariamente indicarão as alternativas e tomadas de decisões.

A mensuração deverá ser física e financeira, qualificando a planejada e a já realizada no programa, possibilitando ao analista, participar no processo de avaliação do custo/benefício, custo/utilidade, ou até do custo/efetividade.

Sabemos, também, que o Estado do Paraná é pioneiro na implantação em processamento de dados do acompanhamento financeiro do orçamento e que não encontrará dificuldade para implantar o acompanhamento físico dos programas, advindo daí relatórios condizentes e que nos possibilitariam uma análise mais acurada de como anda o nosso Estado nas soluções de seus problemas.

O Manual editado pela ONU, o qual já citamos neste pronunciamento, também nos ensina:

“... os propósitos são, pois identificar mais precisamente os objetivos visados, pelo esforço do trabalho e pela utilização dos recursos necessários como base para posterior e para a tomada de decisão, prioridades e cursos alternativos de ação ... Além disso, os dados de mensuração física, devem ser acumulados, relacionados e sintetizados dentro de um sistema de relatórios ...”

A consequência de que um projeto tenha sido estudado, previsto, planejado e em execução, não quer dizer que ele é inflexível, pois a vida é uma renovação de acontecimentos e as tendências podem mudar e o analista deve ser, antes de tudo, humano, pois só assim será eficiente.

Não queremos mudanças gritantes ou adaptações emperantes, pois sabemos que uma exigência demasiada estaria fadada ao esquecimetno ou à impossibilidade. Contudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que pretendemos e, antes de tudo, o respeito ao Poder Representativo do Povo, dando a ele condições de análise e opinião válida, de tal forma que aqueles que em nós votaram, tenham em nossa representação meios de participar nas soluções dos problemas maiores da coletividade. E só conseguiremos isto se, verdadeiramente, o Poder legislativo vier a ter armas para um controle das realizações dos programas orçamentários, com meios de poder realimentar o processo administrativo, não como pressuposto de oposição sistemática, mas como veículo de humanização das ações administrativas.

A mensuração que preconizamos não é a esquematização de recursos para efeitos de proposição da Lei Orçamentária, mas sim da produtividade e utilidade dos insumos aplicados, como prova de maior efetividade e eficácia dos Governos.

As soluções propostas:

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como havíamos dito no início de nosso pronunciamento, proporfamos modificações no processamento da sistemática orçamentária, no sentido de ensejar aos representantes populares melhores meios de participação do principal instrumento das administrações públicas.

Na enunciação de nossas propostas, queremos chamar a atenção de que esperamos, antes de tudo a compreensão do Exmo. Sr. Governador para que este nosso pronunciamento não fique esquecido, mas que traga a justificativa ao povo, o qual deve ser amparado nos seus anseios, principalmente quando são solicitados por quem o representa.

Assim, como proposta enunciamos:

Em requerimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado:

a) Que o documento causa do Orçamento Estadual seja colocado em discussão na Assembléia Legislativa, pelo

- menos 40 (quarenta) dias antes do término da primeira parte da sessão legislativa, ou seja, em meados de maio.
- b) Que este documento, o qual podemos chamar de "Objetivos e Metas", deverá especificar as prioridades mensuradamente, por programas, e se aprovado, deverá ser causa eficiente da estruturação orçamentária.
 - c) Que o Exmo. Sr. Governador, envie a esta Casa de Leis até trinta dias, após o término de cada trimestre, relatório circunstanciado, mensurando o proposto no orçamento e o realizado até aquela data.
 - d) Que fosse criada uma comissão mista, formada por funcionários da Assembléia Legislativa e Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, com o intuito de aprimorar a confecção dos relatórios trimestrais, contido no item C, aprimorando-os em continência com as solicitações dos Deputados, de modo a não criar obstáculos aos setores do Executivo.
 - e) Que sejam mantidos funcionários do Poder Legislativo junto à Coordenadoria da Secretaria de Planejamento do Governo Estadual, encarregada em confeccionar a proposta orçamentária, os quais efetuariam relatório, que viria acompanhar o Projeto de Orçamento, quando este tramitasse na Assembléia Legislativa.

Em requerimento à Comissão Executiva:

Para que constasse do projeto de reestruturação administrativa da Assembléia Legislativa, que há poucos dias, a autorização em mensagem governamental, acabamos de aprovar, a criação de um corpo de assessoramento à comissão de orçamento, formado por funcionários com conhecimentos técnicos sobre a matéria. Além do assessoramento caberia a estes funcionários apreciar os relatórios enviados da proposta orçamentária junto à Coordenadoria de Orçamento Público da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado.

O Assessoramento, o qual propomos a criação, deve ser de alto nível, tal como exige a matéria, e poderia ser a título de sugestão, nos moldes do nosso atual Gabinete de Assistência Técnica, ou mesmo uma Divisão deste.

Estamos certos de que nossos requerimentos terão acatamento e aprovação desta Casa e que as sugestões propostas servirão como um passo inicial para a verdadeira participação do Poder Legislativo no procedimento orçamentário. E, encarecidamente, solicitamos não sejam relegados ao esquecimento o que hoje propomos".

Sr. Presidente, passo à Mesa, para apreciação desta Casa, dois requerimentos, (lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER QUE, após ouvido o Plenário, seja enviado à Comissão Executiva da Casa, em forma de sugestão, matéria para a reestruturação administrativa da Assembléia Legislativa.

Criação de Assessoramento junto à Comissão de Orçamento, o qual poderá ser nos moldes do atual Gabinete de Assistência Técnica ou como uma Divisão deste.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976

a) ANTONIO FACCI

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando que seja estudado, através das Secretarias de Estado das Finanças e Planejamento, formas que possibilitem o aprimoramento do controle do processamento orçamentário e, para estudo, faz as seguintes sugestões:

- 1— Que o documento básico do orçamento ou delineamento dos objetivos e metas, seja enviado à Assembléia Legisla-

tativa, até meados de maio, a fim de ser estudado e discutido pelos Srs. Deputados;

II— Que o documento previsto no item I seja causa eficiente da estruturação da sistemática orçamentária do Estado;

III— Que trimestralmente seja enviado à Assembléia Legislativa relatório circunstanciado que possibilite aos Srs. Deputados dados e informes sobre a execução orçamentária, bem como especificando o acompanhamento físico de cada projeto.

IV — Que seja criado uma comissão mista, formada por funcionários do Poder Executivo e Legislativo, para estudarem o aprimoramento do relatório previsto no item anterior, no sentido de melhor informar e para que, também, não crie problemas aos órgãos do executivo.

V — Que seja autorizado o acompanhamento, junto à Secretaria de Estado do Planejamento, a confecção da proposta orçamentária, por funcionários indicados pela Assembléia Legislativa, os quais colherão informes para a Comissão de Orçamento, o que advirá em melhor estudo quando da passagem do projeto por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976.

a) ANTONIO FACCI".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Em consequência de requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, pedindo a constituição de uma Comissão especial, aprovado no dia 27 de abril próximo passado, a Presidência solicita dos Srs. Líderes que indiquem os representantes dos respectivos partidos, sendo 3 pela ARENA e 2 pelo MDB.

A Comissão deverá oferecer subsídios e sugestões dentro do prazo de 60 dias, a partir de sua instalação.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A mesa defere. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados. (É feita a chamada).

Havendo número legal, damos prosseguimento à sessão.

Projeto de Resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, constante do expediente, devidamente apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 30/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 43/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar a partir de 01/03/76, novos vencimentos mensais aos Membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H.,

COM EMENDA DE PLENÁRIO EM 3ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o aludido Projeto existe requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, que requer votação nominal da emenda ao Projeto de Lei 30/76, que pede equivalentes vencimentos entre Magistratura e Ministério Público. Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Em discussão a emenda e o dispositivo alterado do Projeto. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Sr.

Presidente, esta Assembléia Legislativa está na iminência de votar projeto de lei de autoria do Poder Executivo, encaminhando proposta que objetiva fixar a partir de 01 de março do corrente ano, novos vencimentos mensais aos membros da Magistratura, Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

Saliente-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o encaminhamento desta mensagem governamental verificou-se após entendimentos havidos entre o Chefe do Executivo, com o Chefe do Poder Judiciário, analisadas e devidamente pesadas as implicações decorrentes com o último aumento de vencimentos verificados na área federal e que beneficiou os Ministros do Supremo Tribunal, Ministros do Superior Tribunal Militar e que, portanto, mantida a regra da proporcionalidade, com a audiência do Sr. Procurador Geral da Justiça, culminou com o encaminhamento da proposta ora submetida ao criterioso julgamento deste ilustre Plenário.

Verificamos, Sr. Presidente, que na tramitação desta matéria, duas emendas pesaram sobre ela: uma de autoria do Deputado Accioly Neto, digno Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, outra, da lavra do eminente e inteligente Deputado Enéas Faria. A matéria, muito embora objeto de regime de urgência, aprovada por este plenário, que regimentalmente, se obedecido o parágrafo único do art. 177, não poderia ter sofrido adiamento de votação. Foi, pelo espírito altamente democrático e elogiável da Presidência desta Casa, devolvido à Comissão competente para a que a mesma decidisse sobre a constitucionalidade das emendas propostas.

Durante as três sessões em que se verificou o adiamento, puderam os Srs. membros daquela ilustrada Comissão emitir parecer que, do plenário, foi proferido pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares, falando sobre a inconstitucionalidade da emenda proposta pelo eminente Deputado Enéas Faria, sendo que o Deputado Accioly Neto retirava, na oportunidade, a emenda por ele proposta.

Verificamos, Sr. Presidente, que a emenda do Sr. Deputado Enéas Faria, é inconstitucional, por aumentar despesa e por se tratar de aumento de vencimento proposto pelo Governo do Estado, alterar, como disse substancialmente, os valores contidos no anexo II da Mensagem Governamental.

Antevemos, Sr. Presidente, o veto governamental à proposta por inconstitucional, e por considerá-la conflitante com dispositivos do Estatuto do Ministério Público. Desta maneira, Sr. Presidente, fatalmente incidirá o veto governamental sobre o Anexo II, do Projeto de Lei 30/76. Em decorrência disto se verificará que será concedido aumento ao membro da Magistratura impedindo-se, de outro lado, que se verifique o aumento pretendido pelo Governador do Estado aos eminentes membros do Ministério Público, com uma agravante, Sr. Presidente, quando se poderia contra argumentar que o Sr. Governador encaminharia a este Poder nova Mensagem propondo aumento para os Srs. membros do Ministério Público. Não poderia jamais ocorrer porquanto estamos com uma legislação que proíbe o aumento de vencimentos no ano eleitoral aos 180 dias

que precedam a data da eleição.

Quer me parecer, Sr. Presidente, data vênua, do entendimento esclarecido de alguns Srs. Deputados, que pretendem, como todos pretendemos melhorar os vencimentos e até equipará-los. o que possivelmente será feito por esta Casa através de procedimento legal, porquanto já tramita, apresentada pelo eminente Deputado Accioly Neto, uma emenda Constitucional que vem sanar a inconstitucionalidade e, possibilitar, a exemplo do que já ocorre em outras unidades federativas, a igualdade de percepção de vencimentos entre os homens da Magistratura e do Ministério Público.

Mas, desejamos apelar à consciência esclarecida dos eminentes Deputados, para que votemos coerentemente nesta matéria, com o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, como sempre tem ocorrido neste plenário, para evitarmos que esta prática venha a diferenciar um comportamento que temos mantido, valorizando os Pareceres altamente técnicos e altamente jurídicos dos Srs. Membros da Comissão de Constituição e Justiça.

No encaminhamento da votação, Sr. Presidente, é que desejo sem que nesta solicitação pese qualquer insinuação, de procedimento ilegal, que, votemos contra a emenda, possibilitando que a Magistratura e os membros do Ministério Público do Tribunal de Contas percebam o aumento proposto pelo Sr. Governador do Estado, para que, futuramente, possamos votar então a emenda constitucional, para sanar a inconstitucionalidade do dispositivo de uma lei complementar que editou o Estatuto que hoje disciplina inclusive no tocante aos vencimentos, às diferenças entre os membros da Magistratura e do Ministério Público.

Era o que cabia no presente, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação, com chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, falarei daqui mesmo, rapidamente.

Não foi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem antes sugerir, sem antes apelar, sem antes tentar sensibilizar o Poder Executivo, através de sucessivas e reiteradas atitudes, que apresentamos a derradeira deliberação.

Entendo, Sr. Presidente, e entendemos nós, que o apelo, a sugestão e a tentativa não chegaram a romper esta camada de sensibilidade, que deve aureolar o Palácio do Governo. Não me refiro nem quero, Srs. Deputados, estar a trazer para este Plenário, a assertiva de que o Chefe do Poder Executivo Estadual não tem dado e não deu a esta Casa, o tratamento ético que devia ocorrer entre os dois Poderes. Apenas entendo que S. Exa. não se sensibilizou, não se empolgou e entendeu não válida, a tese e a proposta.

Que tese é esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nada mais a que encampa uma antiga, justa e sentida reivindicação de uma das mais nobilitantes carreiras que possui o Estado do Paraná; que temem seus quasros, talentos, vocações, reconhecidos e aplaudidos; homens que pela abnegação e pelo sacrifício, entregam o vigor de sua inteligência e da sua juventude estiolando-se pelo interior do Estado, para promover a prática da mais sadia justiça.

Entretanto, Sr. Presidente, nada se ouviu, nada se soube, nada se vê, porisso talvez, nossa impertinência em fazer com que o assunto venha a esta Casa, com que a matéria aqui fosse debatida, com que a questão aqui fosse debatida, com que a questão aqui fosse levantada, para que se pudesse ver também, e já, e agora, uma média de opinião dos parlamentares estaduais, a respeito do assunto. Para que também, em decorrência disso, os homens que estão espalhados por este Paraná, saibam desde já o que pensa, e como procederá no futuro também esta Casa, a res-

peito de assunto semelhante.

Sei, Sr. Presidente, que na consciência e no coração de tantos Deputados que aqui estão, regojita o desejo de ver esta matéria aprovada, de ver esta tese materializada, de ver atingido este objetivo, mas também sei, Sr. Presidente, que se contam tantas e quantas vontades, subtraídas ao caminho que deveriam adotar.

Também se levantou aqui, Sr. Presidente, o problema da anti-jurisdição, da medida pleiteada. Pronunciaram-se as Comissões desta Casa, pronunciaram-se eminentes e talentosos Deputados, aqui deste Plenário. Sei também se sabemos nós, do risco do veto, que é a atitude de cada governo, que entendemos de aceitar este risco, em esperar a atitude do Governador, já agora, chamado obrigatoriamente pela Lei a se pronunciar a respeito do assunto.

E para que não houvesse, Sr. Presidente, prejuízos, e assim entendeu, me parece, o eminente Deputado Accioly Neto, autor de uma emenda paralela à nossa, resolveu de retirá-la; resolveu de não fazê-la ser submetida à apreciação da Casa. Se referia ao Estatuto do Ministério Público, na parte em que estabelece os percentuais no escalonamento, para percepção de vencimentos, pelos Promotores de Justiça.

Não vingando esta emenda, não existindo, permanecendo esta tese, o risco não será corrido. Porque até mesmo me parece procedimento administrativo, restabeleceria se fosse o caso do veto, restabeleceria, o original do decreto.

De qualquer maneira e apesar de tudo, homem que tenho respeitado a Lei da Constituição, poderia parecer difícil hoje, a minha situação. Poderia parecer incômoda a posição em que me encontro, entretanto, é preciso que declare que entre os justos e o legal, sempre fico, sempre ficarei, Sr. Presidente, com o justo, porque o justo é sempre moral. As leis podem ser justas; acatar a lei é um ato de justiça, mas às vezes implica numa imoralidade. Respeitar a Justiça é um dever de homem digno. Ainda que para isso, se tenha que insurgir contra as imperfeições da lei.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa tem pretendido ser sempre omissa em todos os assuntos falados no plenário. Mas, neste momento, acho que deve a Mesa se manifestar.

O Sr. Deputado Enéas Faria cometeu uma injustiça, dizendo que o Governo não atendeu o apelo da Assembléia. No entanto, sabemos que o Governo tem atendido as solicitações dos Poderes, tanto do Poder Judiciário como do Legislativo, e o nosso apelo que foi feito ao Governo deveria, na minha opinião, ter sido feito ao Judiciário, para que ele propusesse ao Governo. A alteração de qualquer texto, a proposta é feita pelos Poderes, e pedindo ao Governo que envie Mensagem ao Legislativo.

Sr. Deputado, não quero polemizar, estou apenas ressaltando a interiorização dos Poderes. Porque, de fato, pelo menos em relação à Assembléia Legislativa o Poder Executivo tem sempre cumprido e sempre tem mandado suas Mensagens, naquilo que a Assembléia julgou necessário que ele mandasse a esta Casa.

Naturalmente o faz assim com o Judiciário, Portanto, se houvesse possibilidade desta emenda ser acolhida, deveria ser no Poder Judiciário e encaminhada ao Governador pelo Poder Judiciário e nunca a seu critério, se não estaria quebrando este acordo de cavalheiros que existe entre os três Poderes.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não posso lhe dar a palavra, porque não estou polemizando, estou apenas esclarecendo um ponto.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, há uma questão de muita seriedade invocada por V. Exa. De que eu teria, de

maneira irreparável, imperdoável, cometido uma profunda injustiça para com o Executivo.

Voltaria a solicitar a benevolência de V. Exa. para dizer que a lei estabelece, que a lei dispõe, que o Ministério Público é órgão do Executivo, e não do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para votação. Os que votarem com a emenda dirão "sim"; os que votarem contra, dirão "não".

— (É feita a chamada).

A Mesa anuncia o resultado da votação. — 24 Srs. Deputados votaram com a emenda; 22 Srs. Deputados votaram contrário à emenda. — **Aprovada a Emenda.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 30/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 38/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Prudentópolis, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 190/75, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos da cidade de Francisco Beltrão. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 31/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 39/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Quatro Barras, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Antonio Thomaz Bittencourt, e o Grupo Escolar da Borda do Campo, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 32/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 46/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Santa Mariana, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Engracia Zanqueta, Grupo Escolar Carmela Dutra e a Delegacia de Polícia, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 01/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 19/76, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para reverter ao patrimônio do município de Califórnia, as datas de terras números 5, 6, 7, 10, 11 e 12, da quadra número 15, da planta Jardim Sant'Ana, da cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 07/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 27/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 87 e seus parágrafos, da Lei Complementar número 3, de 14/05/74, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., COM SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA — Sobre o referido Projeto de Lei foi apresentado emenda de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, no seguinte teor: (Lê):

EMENDA AO PROJETO DE LEI 07/76

Substitua-se no artigo 1º dentro da nova redação que se pretende dar ao artigo 87, da Lei Complementar 3, de 14 de

maio de 1974, seu parágrafo 2º pelo seguinte:

"§ 2º — O cálculo para incorporação será feito com base no percentual médio percebido nos últimos 36 (trinta e seis) meses em que o funcionário prestou serviços sob esse regime".

Sala das Sessões, em 05 de Maio de 1976.

aa) Fidelcino Tolentino e Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

Pelo simples exame do texto anterior, constatamos que a expressão "três anos", poderá causar interpretações errôneas da Lei, pois tanto pode indicar os 36 meses que antecederam a data da aposentadoria, como os anos civis iniciados em 01 de janeiro.

Adotando-se o texto anterior, ficará, igualmente, omissa a situação dos funcionários com direito adquirido ao benefício e o que não prestaram serviços sob esse regime no último triênio de atividade, enquanto que a redação proposta manda computar, para efeito de cálculo, apenas os meses em que o servidor estava prestando serviços em regime de tempo integral, não deixando dúvidas quanto a sua interpretação.

A emenda necessita de apoio. — **Apoiado.** — Projeto e Emenda irão à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 35/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 58/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Nova Esperança, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO 35/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 25 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Nova Esperança, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 58/76

Em obediência a dispositivos constitucionais o Sr. Governador está enviando a esta Assembléia, cópia autêntica do Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Nova Esperança, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Celebrar convênios é da exclusiva competência do Sr. Governador, conforme dispõe o item IX do Art. 47, da Constituição Estadual, ad referendum da Assembléia Legislativa.

Pelo exposto, oferecemos nosso parecer pela aprovação do plano de lei em anexo, obedecido os termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em

aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 36/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 59/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através

das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e do Interior, com o Município de Guaraniaçu, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO 36/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e do Interior, com o Município de Guaraniaçu, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 59/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 01/76, de 22 de janeiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior com o Município de Guaraniaçu, objetivando a construção de prédio destinado a Unidade Sanitária, da sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 04/76, de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, que declara de Utilidade Pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Irati — CASRI, com sede em Irati. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI 04/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE IRATI — CASRI, com sede na cidade de Irati.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1976.

a) FABIANO BRAGA CORTES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, possui todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria, conforme o estabelecido nos seus estatutos sociais que anexamos ao presente.

Nestas condições, é que apresentamos este Projeto de Lei, que temos certeza contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI 04/76**

O Projeto de Lei 04/76, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, visa declarar de utilidade pública a "Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Irati - CASRI", com sede na cidade de Irati.

Examinando-se o processo, vemos que, de acordo com a documentação apresentada, o mesmo se encontra dentro dos requisitos essenciais, da Legislação Federal e Estadual, reguladora do instituto de declaração pública.

Outro aspecto a salientar, vem a ser o de que, de acordo com as suas finalidades estatutárias, a entidade vem prestando à coletividade de Irati, inúmeros e inestimáveis serviços, motivo pelo qual nos manifestamos favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 31/76, de autoria dos Deputados Ivo Thomazoni e Dácio Leonel, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial de Londrina, com sede em Londrina. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI 31/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LONDRINA, com sede em Londrina.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1976.

aa) IVO THOMAZONI e DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

Por sua própria natureza, a entidade que se propõe seja declarada de utilidade pública, desempenha importante função social dentro da comunidade londrinense e mesmo na região. Como órgão de classe, congrega esforços no sentido da defesa do comércio e indústria local, em benefício da economia paranaense, sem fins lucrativos, promovendo e mantendo serviços especializados do interesse da classe que representa.

Preenchendo os requisitos da lei, sua existência é de quase 40 anos, sua diretoria não percebe remuneração e já foi declarada de utilidade pública por lei municipal, sendo justo que o Poder Público Estadual também lhe outorgue esse reconhecimento.

Esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares a esta Proposição.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI 31/76**

De autoria dos nobres Deputados Ivo Thomazoni e Dácio Leonel, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação Comercial de Londrina.

Inegavelmente, a entidade acima presta inestimáveis serviços à comunidade londrinense e sem fins lucrativos. Preenche, desta forma, todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria, e quanto ao aspecto constitucional ou legal, não contraria nenhum dispositivo que possa obstar a tramitação normal deste plano de lei por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1976.

aa) Accioly Netto, Presidente e Relator.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitei a palavra para colher da Mesa uma informação. O Projeto de Lei 30/76, sofrerá nova votação, em redação final? O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Evidentemente. O SR. ENÉAS FARIA — Então solicitaria dispensa de publicação do referido Projeto, para vir à redação final. O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Já existe requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino, neste sentido.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo, líder do MDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Maurício Fruet, Deni Schwartz, como membros efetivos e Srs. Deputados Del Ciel e Edilson Alencar, como suplentes, para comporem a Comissão Especial que estudará as causas dos acidentes de trânsito no Estado. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, líder da ARENA, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Accioly Neto, Dácio Leonel, Luiz Roberto Soares e Ezequias Losso, como membros efetivos, e Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira e Ivan Rüppel, como suplentes, para comporem a Comissão Especial incumbida de estudar e apresentar subsídios relativos ao problema do litígio de divisas entre o Paraná e São Paulo. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo, líder do MDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Maurício Fruet, Muggiati Filho e Waldenício Barbalho, como membros efetivos, e Srs. Deputados Lineu Turra e Jayme Rodrigues Carvalho, como suplentes, para comporem a Comissão Especial, para estudar a fronteira Paraná - São Paulo. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, lido da tribuna, solicitando seja enviado à Comissão Executiva da Casa, em forma de sugestão, matéria para a reestruturação administrativa da Assembléia Legislativa. — À consideração da Comissão Executiva, independente da apreciação da Casa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação em Redação Final o Projeto de Lei 30/76. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Shigetaka Eguchi, ocorrido em Santa Mariana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei 160/75. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas providências referente à expedição de cédulas de identidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações à TELEPAR, sobre as condições em que podem ser instalado um telefone, nos distritos e nos núcleos rurais de nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin,

constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes; reivindicando sejam efetuados reparos na rodovia que liga Palmeira, São João do Triunfo e São Mateus do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de louvor e congratulações ao jornal "Diário dos Campos", da cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Ministério da Educação e Cultura, no sentido de que encaminhe a relação das entidades já beneficiadas no Estado do Paraná, com verbas da Loteria Esportiva. — **Aprovado.**

— A Presidência enviará ofício ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de solicitar se há possibilidade de fornecer as informações requeridas pelo nobre Deputado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja estudado, através das Secretarias de Finanças e do Planejamento, forma que possibilitem o aprimoramento do controle de processamento orçamentário, e, para estudo, faz diversas sugestões. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 30/76.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 31/76, 32/76 e de Lei 01/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 35/76, 36/76, e de Lei 04/76, 22/76 e 31/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 37/76, 38/76, 05/76 e 11/76.

Marcando ainda uma sessão para o dia 7, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução 12/76, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23/76, e de Lei 94/75, 163/75, 170/75 e 06/76.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO EXECUTIVA ORDEM INTERNA DE SERVIÇO Nº 05/76

I — Considerando o proposto no protocolado número 2360, de 31 de março de 1976, acatando-se parecer exarado na Douta Comissão de Constituição e Justiça, e nas disposições do Decreto Legislativo número 147, de 24 de março de 1976, a Comissão Executiva, usando de suas atribuições, resolve determinar que as vantagens pecuniárias mensais, atribuídas aos Srs. Deputados, a partir de 01 de março de 1976, além dos Subsídios e Ajuda de Custo, passam a ser as seguintes:

- a) — Ajuda de Custo de Telefone. Cr\$ 1.200,00
- b) — Ajuda de Custo para Moradia Cr\$ 2.400,00
- c) — Ajuda de Custo para Transportes
- Aero-Rodo-Ferroviário Cr\$ 6.761,00

II — Constituirá como comprovante de despesa para todos os efeitos legais, especialmente para fins de registro contábil, o recibo passado pelo Deputado.

III — O Primeiro Secretário, dentro da viabilidade financeira, determinará o processamento de empenho e autori-

zação de pagamento, com o intuito de atender as disposições da presente Ordem Interna de Serviço.

IV — Ficam revogadas as disposições que contrariem a presente Ordem Interna de Serviço, especificamente a Ordem Interna de Serviço da Comissão Executiva número 02/76, e a Ordem Interna de Serviço da Comissão Executiva de 16 de abril de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário.

COMISSÃO EXECUTIVA ORDEM INTERNA DE SERVIÇO Nº 06/76

I — As notas fiscais só poderão ser contabilizadas se estiverem devidamente datadas e pertencentes ao exercício que estiverem sendo processadas, ressaltando os casos especiais regulados em lei.

II — As bolsas de estudos só serão fornecidas a alunos matriculados em estabelecimentos reconhecidos em lei, não podendo ser atribuídas a alunos que frequentam cursos que por força constitucional o Estado deve manter gratuitamente.

III — As declarações dos estabelecimentos de ensino, para efeitos de concessão de bolsas de estudo, deverão ser formalizadas em papel timbrado, contendo aa lei que reconheceu ou autorizou o funcionamento, devendo determinar o nome completo do aluno e valor da anuidade.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 213/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2517, de 05 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 5174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de abril de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 214/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3293, de 28 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, ao funcionário DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO, matrícula 363, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral